

Regulamentação da carreira docente

Colegiados em polvorosa

No Consuni, professores pedem mais tempo para discutir proposta e criticam vinculação a programas de pós *stricto sensu* para progressão. No CEG, presidido pela pró-reitora Ângela Rocha (foto) indignação é total. **Página 4**

Marco Fernandes - 29/05/2013



www.adufrj.org.br

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

Andes-SN - Ano XIII nº 837 - 17 de março de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Reunião com o MEC dia 18

Andes-SN recebe confirmação de audiência com nova equipe ministerial

Página 6



Marinalva Oliveira, do Andes-SN, quer diálogo

SMIA/SA - 10/02/2014

Dia 19 de março: paralisação com mobilização

Assembleia Geral da Adufrj-SSind (foto) decide pela paralisação, com mobilização, no próximo dia 19. Nesta data, serão realizadas três reuniões, em diferentes espaços da UFRJ (Fundão, Praia Vermelha e CAp), para que os professores possam avaliar as normas internas de progressão e promoção vinculadas à lei das carreiras, entre outros assuntos. A paralisação pretende criar espaços de debate e discussão sobre a proposta de carreira da UFRJ e a campanha nacional de luta para 2014, unificada com os SPF. No Rio, também haverá um Ato Unificado dos SPF, com presença do Andes-SN e da Adufrj-SSind.

Página 3



Marco Fernandes - 14/03/2014

Violência de Estado
Entidades brasileiras vão à OEA

Página 2



Docentes da Uenf entram em greve

Página 5

PAINEL ADUFRJ
A crise dos substitutos na Uerj

Página 7



João Stédile, no debate da Uerj

50 anos depois do Comício da Central

Página 8

Samuel Tosta - 13/03/2014

SEGUNDA PÁGINA

Desmascarando o Estado

Entidades brasileiras vão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra violência dos diversos governos durante os protestos populares, entre outros temas

Audiência está marcada para 28 de março

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) colocará frente a frente, em 28 de março, representantes do Estado brasileiro, ativistas e vítimas de abusos policiais ocorridos no país nos últimos meses. A audiência será realizada em Washington, nos Estados Unidos, onde fica a sede da Comissão, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), e irá discutir as violações cometidas pelo poder público durante os protestos que vêm acontecendo desde junho de 2013, entre outros temas.

Assinam a petição enviada em janeiro à CIDH: Conectas,

Justiça Global, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), Instituto de Defensores de Direitos Humanos, Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Artigo 19, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, United Rede Internacional de Direitos Humanos e Quilombo Xis Ação Comunitária Cultural.

Após ter negado um primeiro pedido de audiência, no ano passado, remetido na esteira das jornadas de junho, a CIDH resolveu dar espaço às entidades brasileiras em seu 150º Período de Sessões, de 20 de março a 4 de abril.

De acordo com a advogada Juliana Machado, do Comitê Popular da Copa de São Paulo, recorrer às instâncias internacionais é uma maneira de vencer as

barreiras construídas pela falta de diálogo dos governos federal, estaduais e municipais: "Indo à CIDH, queremos fazer com que os governos finalmente deem respostas e deixem de criminalizar os movimentos sociais."

Constrangimento internacional

A Comissão não tem poder de obrigar União, estados e municípios brasileiros a tomar providências ou modificar suas posturas em relação aos protestos, mas tem a prerrogativa de fazer recomendações ao poder público. É possível também que as denúncias resultem na apresentação de uma ação pelas entidades da sociedade civil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. "Isso pode causar constrangimentos a um país que construiu uma imagem diplomática de conciliação e respeito

aos direitos humanos", revela Juliana Além da pressão política, a CIDH pode ainda fazer com que representantes do Estado brasileiro se pronunciem oficialmente sobre as denúncias – o que ainda não aconteceu.

Natalia Damázio, advogada da Justiça Global, reforça a ideia de que os Três Poderes estão sintonizados na criminalização dos protestos. Ela citou algumas medidas repressivas: publicação do manual Garantia da Lei e da Ordem, em dezembro, pelo Ministério da Defesa; Projeto de Lei do Senado nº 449/2013, que tipifica o crime de terrorismo; e um projeto a ser proposto pelo Ministério da Justiça para "regulamentar" as manifestações. "Isso sem contar as prisões para averiguação, que são inconstitucionais." (Fonte: RBA. Edições: Andes-SN e Adufrj-SSind)

AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site www.adufjrj.org.br. Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para secretaria@adufjrj.org.br.

Adesão ao plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 18 de março e de 21 de março a 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufjrj.org.br.

Agenda

- 21 de março**
Reunião da Coordenação Nacional das CSP-Conlutas São Paulo (SP)
- 22 de março**
Encontro Nacional do Espaço de Unidade e Ação São Paulo (SP)
- 27 de março**
1ª Reunião Ampliada da Comissão da Verdade do Andes-SN Brasília (DF)
- 28 de março**
Reunião da Comissão da Verdade do Andes-SN com o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente Brasília (DF)
- 29 e 30 de março**
Reunião do Setor dos Docentes das IFES Brasília (DF)



Dossiê que está sendo preparado pelas entidades registra mais de 200 vítimas de abuso policial, durante os protestos

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Onioli Panreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbimba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ADUFRJ-SSIND

Assembleia aprova paralisação

Atividades vão acontecer no Fundão, na Praia Vermelha e no Colégio de Aplicação, no próximo dia 19

Também será uma oportunidade para avaliar possível greve nacional

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Os professores da UFRJ vão paralisar as atividades, com mobilização, no próximo dia 19 de março. O objetivo será intensificar os debates sobre as questões referentes à carreira docente. Na ocasião, também será discutida a possibilidade de construção de uma nova greve nacional. Foi o que decidiu a última Assembleia Geral da Adufrj-SSind, realizada na Escola de Serviço Social, em 14 de março.

A programação fará parte do Dia Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais. Em Brasília, um ato será realizado na Esplanada dos Ministérios para cobrar do governo federal resposta à pauta unificada dos SPF, já protocolada em janeiro. No Rio, também haverá um Ato Unificado dos SPF, com presença do Andes-SN e da Adufrj-SSind.

Três espaços da universidade vão sediar encontros de mobilização da categoria, na parte da manhã do dia 19: Fundão (prédio da reitoria), Praia Vermelha e Colégio de Aplicação da UFRJ. Os locais e horários precisos serão informados pelos conselheiros da Seção Sindical, no site e nos perfis da Adufrj-SSind nas redes sociais: "A ideia é reunir o maior número de professores e começar a construir, com a base, propostas e ações para a regulamentação da progressão e promoção da carreira", disse o presidente da Seção Sindical, Cláudio Ribeiro.

Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, pontuou que a comunidade docente ainda desconhece as questões de carreira, especialmente as propostas recentes da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2) para regulamentar o tema, dentro da UFRJ (noticiada na última edição do jornal): "Está muito claro que os professores querem participar, querem entender o que está acontecendo mas, muitas vezes, por conta do excesso de trabalho, se veem impedidos de participar das reuniões".

Haverá panfletagem para chamar a categoria a participar das atividades do dia 19: "O professor tem noção de que seu salário é baixo. Percebemos



Assembleia Geral da Adufrj-SSind delibera pela paralisação no próximo dia 19. Haverá atividades articuladas com os SPF

as dificuldades de viver no Rio de Janeiro com o atual salário, fruto do projeto de carreira imposto pelo governo. Uma carreira equivocada, que pretende gerar economia para o governo, que não incentiva o professor a seguir adiante", completou Luciana.

Ela, mais uma vez, criticou a proposta da PR-2 como uma forma de a UFRJ criar, em nível institucional, barreiras para a progressão dos docentes: "Pretende-se criar uma linha de corte para que um número muito restrito de professores chegue ao pleno desenvolvimento da carreira baseado em normas externas à universidade", afirmou.

O debate

Informes, no início da reunião, já indicavam que as Unidades, ao longo da semana,

demonstraram a preocupação em programar atividades que marcassem politicamente a data. Ainda durante o começo da assembleia, os professores representantes das Unidades disseram que há bastante preocupação sobre as alterações na carreira docente.

Cleusa Santos, 2ª vice-presidente da Adufrj-SSind, lembrou a luta histórica do Sindicato Nacional em defesa de um projeto de universidade socialmente referenciada e que é completamente descolada da atual visão do governo sobre a educação pública. "Esta proposta de regulamentação da carreira segue nessa linha produtivista e nada tem a ver com a nossa visão de carreira. Precisamos aproveitar esse momento para ampliar a reflexão nos locais de trabalho sobre o que defendemos como carreira e como educação pública".

Mauro Iasi, da Escola de Serviço Social, observou que se aprofunda no projeto interno de regulamentação da carreira o que de pior existe na proposta do governo: "Isto não é por acaso. Está associado a uma visão de universidade que não é a do movimento docente".

Maria Malta, do Instituto de Economia, destacou as perdas salariais já acumuladas dos professores federais. "Entrar nessa carreira é um ato de coragem e fé nesse momento. São perdas reais que chegam a 12% no caso do professor doutor que entra na carreira do Magistério Superior e do professor doutor que entra na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)", disse.

O problema da falta de cursos de pós-graduação stricto sensu na UFRJ, que atenda todos os professores da universi-

dade, foi apontado pela professora Patricia March, da EBA: "Isso precisa ser esclarecido. Como as pessoas conseguirão progredir de Adjunto 4 para Associado, se essa regulamentação for aprovada como está? Não há pós-graduação suficiente que consiga absorver todos os docentes", ponderou.

Houve, ainda, críticas à forma como está se dando o debate na Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário, que separa MS e EBTT. "Entendemos que somos uma só carreira. Este debate em separado não nos contempla", defendeu Cristina Miranda, professora do CAP. Ela também questionou a tabela que pontua as atividades dos professores do MS e EBTT: "Nenhum professor consegue progredir com a tabela proposta pela PR-2", disse.

REGULAMENTAÇÃO DA CARREIRA

Mais uma rodada de críticas

No Consuni do último dia 13, professores voltam a atacar proposta que sobrevaloriza atividades da pós na regulamentação interna da carreira. Eles pedem ampliação de prazo para discutir o tema nas Unidades

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

A polêmica proposta de atrelar a progressão na carreira docente, dentro da UFRJ, a atividades na pós-graduação *stricto sensu* (notícia na edição anterior do *Jornal da Adufrj*), voltou à baila na sessão do Conselho Universitário (Consuni) do dia 13. A proposição já havia sido criticada na reunião ocorrida antes do carnaval.

Milton da Costa Lopes Filho (representante dos Titulares do CCMN) falou em nome da Comissão de Legislação e Normas do colegiado, na qual a proposição começou a tramitar. Ele apresentou a data de 2 de abril como prazo limite para contribuições dos conselhos de Centro da universidade sobre o assunto. Segundo Milton, a minuta referente aos EBTTs seria ainda definida em reunião do dia 17. "A intenção é que ambos estejam em uma resolução conjunta para ser apreciada no Conselho Universitário do dia 10 de abril", relatou.

O prazo curto foi alvo do decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro. "Minha questão é de ordem prática. Acabamos de receber o esboço de proposta de progressão com a notícia do retorno até dia 2. E o CFCH não terá condições de se manifestar como Centro neste prazo. Não temos nenhuma reunião agendada dentro dele; as Unidades, em geral, tem uma reunião mensal. Nesse sentido, se



À esquerda, o decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro: ele criticou a proposta da PR-2 de regulamentação da carreira. Ao fundo, a pró-reitora Débora Foguel, de Pós-graduação, observa, entre o pró-reitor Carlos Rangel e o reitor Carlos Levi

não houver uma dilatação desse prazo, acredito que será bastante complicada essa sistematização, para dizer o mínimo", disse. A solicitação, no entanto, não obteve resposta positiva ou negativa.

Sobre o mérito da formulação, Marcelo classificou-a como uma "fissura" e uma disputa entre concepções de universidade: uma "baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão" versus outra, hierarquizada pelos projetos da pós-graduação. "O que se coloca é que a pesquisa vale mais do que qualquer outra coisa na universidade, funcionando

como uma cláusula de barreira, o diferencial para progressão. Somos basicamente operários trabalhando para uma casta de pesquisa, que produz e ganha bolsa, ou somos todos iguais?", questionou.

Roberto Leher (Titulares do CFCH) também analisou a diferenciação em benefício da pós: "A iniciativa da PR-2 de apresentar um documento restritivo, que não incorpora as reflexões mais sistemáticas feitas sobre o significado da carreira para docência, pesquisa e extensão nem a diversidade de situações que temos em nossa universidade, poderia ter significado de

fato um mau ponto de partida". O docente destacou a importância do diálogo com setores que acumulam debate sobre a carreira como a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Adufrj-SSind, além de exposições distintas da própria CLN. "É muito importante que nós possamos fazer uma reflexão mais sistemática que não se limite a uma pontinha de como será o campeonato para ascensão para Associados e Titulares. É uma situação nova para todos nós, que devemos acompanhar com muito cuidado", observou.

Leher ressaltou que deve ser

levada em conta toda forma de "contribuição institucional". "É certo que não se trata de uma progressão por tempo de serviço, mas precisamos discutir o que é progressão academicamente referenciada no ensino, na pesquisa, na extensão e na construção dos processos da universidade. É muito importante que as trajetórias distintas que temos na universidade não estejam aprisionadas por uma malha de critérios onde professores que não têm um determinado biênio dedicado a uma das atividades específicas não consigam progredir", completou.

Colegiado de graduação reage à proposta da PR-2

CEG também debateu minuta de regulamentação das carreiras

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O Conselho de Ensino de Graduação não ficou calado diante da proposta de se regulamentar a progressão docente com ênfase na pós-graduação *stricto sensu*. O assunto foi pauta da sessão do dia 12 de março. Outra reunião do CEG está agendada para 26 de março para discutir, exclusivamente, os critérios de progressão e

promoção dos professores da UFRJ. O objetivo é contribuir com o trabalho da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário, que avalia a minuta criada pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2).

Os conselheiros analisaram os diversos prejuízos que o texto original poderia causar à carreira e ao ensino de graduação na UFRJ. De acordo com a pró-reitora Ângela Rocha, o documento desconsidera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. "A proposta separa pesquisa de produção científica e pontua como dois critérios distintos. As atividades de pós-graduação têm um peso maior que

a graduação na progressão da carreira. Estão supervalorizando a pesquisa", afirmou.

Projeto de universidade

Luciana Boiteux, conselheira representante do CCJE no CEG, disse que a regulamentação da carreira está diretamente ligada com um projeto de universidade: "Para que serve a universidade e qual o nosso papel como educadores? Quantos alunos e professores temos na graduação? E quantos na pós-graduação? Cerca de 70% dos professores da UFRJ não terão condições de progredir na carreira", disse. A professora também criticou a separação, feita inicialmente pela PR-2, entre o Magistério

Superior e o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Quebra da isonomia

Para João Felipe, também representante do CCJE, a proposta parece ilegal: "Ela quebra a isonomia entre os professores da graduação e da pós-graduação. Trata-os com distinção". Além disso, o docente apontou a obrigatoriedade da atuação docente na pós-graduação para progredir na carreira como um grave problema. "Diversos cursos criados pelo Reuni ainda não possuem pós-graduação; sequer têm previsão de conseguirem montar um programa. Esses professores, segundo esses critérios, não poderão evoluir na carreira".

Lógica perversa

A professora Andréa Penteado (representante do CFCH) observou que não deve haver uma diferenciação entre os que atuam em sala de aula, em qualquer nível: "O que a gente puder fazer para evitar hierarquizar o valor de quem dá aula para um aluno de 7 anos, 20, 30, 50 anos – do nível da formação básica, da graduação ou da pós-graduação – é fundamental. Eu, pessoalmente, acho mais fácil o filé mignon, discutir com os meus pares (da pós), do que alfabetizar uma pessoa. Há uma inversão de valores aí", afirmou. Para Andréa, a universidade começa a seguir, em seu conjunto, uma lógica muito perversa de afinilamento salarial, imposta pela Capes.

2014 PROMETE...

Docentes da Uenf em greve

Exigem 86,7% de reposição de perdas salariais e pagamento de 65% para remuneração da Dedicção Exclusiva

Haverá protesto no próximo dia 19, no Rio

Em assembleia que contou com a presença de mais de 120 docentes, foi aprovada por unanimidade a deflagração de greve por tempo indeterminado na Universidade Estadual do Norte Fluminense, desde o dia 13.

Os professores ratificaram a pauta de reivindicações de 2013, já encaminhada ao governo do Rio de Janeiro, que destaca dois pontos: reposição de 86,7% das perdas salariais relativas ao período entre 1999 e 2013; e pagamento de 65% pelo regime de Dedicção Exclusiva.

A decisão unânime pela deflagração da greve é resultado de grande indignação dos docentes da Uenf quanto ao tratamento desrespeitoso do governo Sérgio Cabral. Nos últimos três anos, o movimento dos professores da Uenf tentou, por diversas vezes, negociar, sem que houvesse qualquer avanço.

Homenagem aos garis

A assembleia decidiu ainda adotar a cor laranja para simbolizar o movimento de greve em referência à luta dos garis da Comlurb. Afinal, eles recentemente conquistaram uma importante vitória contra a prefeitura do Rio de Janeiro, também comandada pelo mesmo partido (PMDB) do governador Sérgio Cabral.



Um dia após a assembleia que deflagrou a greve (acima), por unanimidade, no dia 12 de março, professores panfletam no Centro da cidade de Campos dos Goytacazes (abaixo) para explicar as razões do movimento à população

Manifestação no Rio

Integrante do Conselho de Representantes da Associação de docentes daquela universidade (Aduenf), o professor Marcos Pedlowski informa que o governo do Rio é o que menos gasta, proporcionalmente, com funcionalismo em todo o país. "Por isso, os piores salários estão aqui". Ele adianta que a próxima atividade do movimento grevista será uma manifestação em frente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no Centro do Rio, no próximo dia 19. (Com informações do Andes-SN)



UFRJ

Por pagamento, terceirizados interditam portão

Reitoria informa que dinheiro foi repassado à empresa contratante

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Funcionários da Qualitécnica que prestam serviço de limpeza à UFRJ no Fundão bloquearam o portão de acesso à Linha Amarela por mais de meia hora na manhã do dia 14 (data de fechamento desta edição). Protestavam em função do atraso no pagamento de salários referente ao mês de fevereiro.

De acordo com funcionário da empresa, que preferiu não se identificar, cerca de 200 pessoas participaram da mobilização, dispersada em seguida pela Polícia Militar. O empregado, que trabalha há quatro anos e meio no campus, relata que os atrasos nos pagamentos são frequentes nos dois últimos e dois primeiros meses do ano.

Segundo o senhor, na casa dos sessenta anos, muitos funcionários passam por dificuldades para pagar "quartos de aluguel" e até mesmo para adquirir alimentos. "Lá em casa, não tem um quilo de arroz. A gente trabalha, mas tem que ficar pedindo ajuda na comunidade", diz o morador da Nova Holanda, que

só aparece para trabalhar graças à bicicleta. "O cartão (de transporte) acabou faz tempo".

UFRJ diz que repassou o recurso

De acordo com a Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6), a UFRJ possui quatro contratos com a Qualitécnica para prestação de serviços (um de 2009, outro de 2010 e mais dois de 2012). A PR-6 não soube confirmar, contudo, todas as Unidades atendidas, nem o número de funcionários empregados via empresa.

Segundo um dos assessores da pró-reitoria, Harley Frambach, um grupo de aproximadamente trinta pessoas foi rece-

bido pela administração central, antes de se dirigir ao acesso da Linha Amarela. A eles foi informado que não haveria atraso nos repasses da universidade junto à Qualitécnica.

A informação foi confirmada pelo pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Carlos Rangel. De acordo com ele, a universidade recebeu e quitou no mesmo dia 13, véspera da mobilização dos funcionários, a fatura mais recente dos contratos. O pagamento, segundo Rangel, foi realizado a partir de um repasse emergencial liberado pelo Ministério da Educação.

Os pró-reitores Araceli Cristina de Sousa e Carlos Rangel ex-

plicam que os contratos preveem uma margem de segurança de até três meses de atraso por parte da UFRJ. No entanto, as empresas têm reclamado das dificuldades para mantê-los "seja em função de reajustes salariais ou insumos, por causa de inflação e coisas do tipo", relatou a pró-reitora.

Mudança no fluxo de repasses do Tesouro

Além disso, houve uma mudança no repasse do recurso do Tesouro Nacional desde outubro de 2013. "Eles costumavam chegar duas vezes por semana. Agora, são mensais", informou o pró-reitor. O resultado é menos agilidade para fazer os ajustes de contas e responder a imprevistos.

MOVIMENTO DOCENTE

Agendada reunião com MEC

Audiência foi solicitada pelo Andes-SN, após protocolo da pauta de reivindicações dos professores das IFE

Encontro será neste dia 18

O Andes-SN recebeu dia 12 a confirmação da audiência com representantes do Ministério da Educação (MEC). Ela havia sido solicitada no documento de protocolo da pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais, no final de fevereiro. O encontro acontecerá em 18 de março. Será a primeira oportunidade para a diretoria do Sindicato Nacional apresentar as demandas da categoria, após a mudança da equipe ministerial do MEC (José Henrique Paim assumiu a pasta em 3 de fevereiro, com a saída de Aloizio Mercadante para a Casa Civil).

Durante o 33º Congresso do Andes-SN, realizado em São Luís (MA), em fevereiro, os delegados reafirmaram a pauta de reivindicações de 2013, com destaque para as condições de trabalho, reestruturação da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados e respeito à autonomia universitária. Isso porque, no ano passado, o governo federal, além de não atender nenhum pleito, seguiu aprofundando as distorções na carreira, com a publicação de medida provisória (depois convertida na lei nº 12.863).

“Esperamos que o MEC apresente disposição para negociar, com respostas objetivas às nossas reivindicações. A categoria está indignada com a falta de resposta por parte do governo, que não demonstrou, em nenhuma reunião no ano de 2013, espaço para negociação efetiva da nossa pauta”, observou Marinalva Oliveira, presidenta do Andes-SN.



Pauta de reivindicações aprovada no 33º Congresso será apresentada ao MEC, na audiência do dia 18. Marinalva Oliveira, presidenta do Andes-SN, espera que o novo ministro (José Paim) queira dialogar, ao contrário do antecessor (Mercadante)

Mobilização Nacional em 19 de março

Como parte do plano de lutas para os professores federais, os delegados do 33º Congresso aprovaram uma intensa agenda de mobilização, articulada com os demais servidores públicos federais (SPF).

Por todo o país, as seções sindicais do Andes-SN estão realizando rodadas de assembleias gerais nesta semana para definir as atividades que serão realizadas dia 19 (a AG da Adufrj-SSind ocorreu na data de fechamento desta edição – mais informações na página 3). Em Brasília, um ato será realizado na Esplanada dos Ministérios para cobrar do governo federal resposta à pauta unificada dos SPF, já protocolada em janeiro. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Confira o calendário

18 de março

Reunião com o MEC.

19 de março

Dia Nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização.

Entre 24 e 28 de março

Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação.

29 e 30 de março

Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a possível retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

Técnico-administrativos: indicação de greve

Representante dos técnico-administrativos no Consuni, Neuza Luzia atualizou os conselheiros, na sessão do último dia 13, sobre a mobilização da categoria pelo cumprimento do acordo assinado com o governo na greve de 2012. “Até agora só foram garantidos: o pagamento das três parcelas de 5% e uma pequena mudança no *step*”, afirmou Neuza. Os trabalhadores têm indicativo de paralisação nacional por tempo indeterminado a partir do dia 17.

A deflagração do movimento grevista na UFRJ será decidida em assembleia do dia 17,

às 10h, no *hall* do prédio da reitoria.

Segundo Neuza, na universidade, os técnicos podem ser divididos em dois grupos principais: “os que estão se aposentando” e uma nova geração que ingressa, mas não permanece na instituição em função do baixo salário. “São pessoas que ficam até passar em um próximo concurso”, explicou.

O reitor Carlos Levi confirmou o problema. Segundo ele, as “políticas até agora estiveram concentradas na expansão de vagas”. E não na permanência dos quadros.



No último dia 10, assembleia do Sintufrj, no Roxinho, só não aprovou a greve de uma vez, pois o quórum estatutário de 5% dos sindicalizados não foi atingido (por pouco)

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Inflação como salário

Roberto Leher, da Faculdade de Educação, chama atenção para a defasagem salarial da categoria: “De 2012 para cá nós temos uma inflação de 19%. Até 2015, teremos uma inflação, seguramente, de 25%. A maior parte dos professores terá reajuste neste período de 12% a 15%. Nem mesmo os Titulares conseguirão ultrapassar a barreira da inflação com seus 23% de reajuste”.

“Pão e rosas”

No dia 20 de março, o Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho (Rua Haddock Lobo, 408 /101 – Tijuca) exhibe, às 18h30, o filme “Pão e Rosas”, de Ken Loach.

Ele traz a história dos trabalhadores faxineiros precarizados, em sua maioria mulheres, imigrantes, nos EUA, que vão à luta por seus direitos.

Chávez

O átrio do Palácio Universitário da Praia Vermelha recebe a exposição “Chávez – Plantio da Pátria, Colheita da Revolução”. A mostra é uma coletânea de fotos do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, que faleceu em 2013. De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, até 14 de abril.

Dois milhões de acessos

No último dia 8, o *site* do Andes-SN atingiu a marca de 2 milhões de acessos, desde que o novo portal do Sindicato Nacional entrou no ar, em 17 de dezembro de 2010.

A crise dos substitutos da Uerj

O reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves, perdeu uma excelente oportunidade para defender a realização de mais concursos docentes para aquela universidade. Diante da repercussão causada pela recente decisão do Tribunal de Justiça do Rio – determinando que a instituição não pode mais renovar a permanência de 900 substitutos –, o dirigente preferiu bater boca com a associação local dos professores.

Em entrevista ao Globo, a Asduerj havia informado que os 900 temporários respondem por mais de 50% de toda a carga horária lecionada na instituição. A outra metade ficaria a cargo dos efetivos,



concurados. O reitor, porém, contestou: “Nunca vi uma associação docente maluca como essa. Eles estão dizendo que os professores não trabalham. Meus docentes não são vagabundos”, rebateu.

Alguns assessores precisam explicar para o reitor que os professores efetivos não possuem carga horária somente em sala, nem só em graduação: existe o tempo dedicado à pesquisa, participação na administração da universidade, extensão, aulas na pós etc. Por isso, e por serem poucos diante de tantas demandas, é que um número incrível de substitutos cumpre com 50% da carga horária da graduação...

Visita à ENFF

A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes convida para a próxima visita coletiva à Escola, em 29 de março 2014, sábado. Situada em Guararema (70 km de SP), a ENFF é o principal centro de formação política de militantes dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina. Esse não é um projeto acabado, e sim uma obra em construção. A visita é também uma forma de participar dessa construção que aponta para um futuro no qual a dignidade do ser humano não será mais privilégio de poucos. O custo da visita é de R\$ 10,00, valor repassado para a ENFF por conta dos gastos com café da manhã e almoço. Mais informações pelo *e-mail* visitaenff@amigosenff.org.br.

Cadê a assistência estudantil?

No dia 8 de março, completou-se um ano do prazo previsto para início da reforma no Alojamento. Em protesto contra o atraso, moradores grafitaram em vermelho as datas previstas para o começo e conclusão dos trabalhos na placa do ponto de ônibus em frente à residência universitária. Só que a placa sumiu. De acordo com o estudante

Wanderson Magalhães (da Escola de Serviço Social), o único sinal de que algo vai ser feito foi a recente instalação de um canteiro de obras.

Wanderson observou também que ainda não foi formalmente substituído o último superintendente da SuperEst, professor Antônio José. O detalhe é que ele saiu da função há mais de 40 dias.



Alunos reclamam da lentidão da reforma do alojamento

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



UFRJ E A REGULAMENTAÇÃO DA CARREIRA...



50 ANOS DO COMÍCIO DA CENTRAL

A reforma ainda aguardada

Em seminário na Uerj, debate sobre as mudanças anunciadas pelo ex-presidente João Goulart, em 1964, dá destaque àquela que iria transformar o Brasil: infelizmente, reforma agrária nunca saiu do papel

Coordenador do MST afirma que agronegócio dificulta empreitada

Guilherme Karakida

Estagiário e Redação

Como forma de homenagear os 50 anos de Comício na Central, um seminário foi realizado na Uerj, exatamente em 13 de março. Nesta data, em 1964, diante de aproximadamente 200 mil pessoas na famosa estação de trens do Rio, o presidente João Goulart apresentou seu projeto de governo com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.

Entre as anunciadas reformas de base, destaque para a reforma agrária, que jamais saiu do papel na agenda política brasileira. Quando esteve mais próxima de ser executada, foi abortada pelo golpe civil-militar naquele mesmo ano.

João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, participou da mesa e reconheceu a ousadia das ideias de Jango. "Foi a proposta mais radical de reforma agrária que já tivemos até hoje, porque redistribuía terras acima de 500 hectares. Imagine falar com o Blairo Maggi (senador, da bancada ruralista) que ele só pode ter isso?", brincou.

Em outros países, o exemplo

Segundo ele, a reforma agrária foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países desenvolvidos. No Japão, por exemplo, foram desapropriadas áreas acima de quatro hectares e, com isso, 2,4 milhões de famílias camponesas foram contempladas, o que impulsionou a economia. Naquele contexto pós-Segunda Guerra Mundial, vale ressaltar, a economia japonesa estava falida.

Da mesma forma, Abraham Lincoln, no século XIX, decretou a reforma agrária nos EUA e 300 milhões de hectares foram distribuídos para a sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado.

Agronegócio é o grande inimigo

No entanto, para Stédile, por em prática a reforma agrária hoje é mais difícil do que na década de 60, uma vez que o agronegócio se consolidou no país. "O agronegócio é a expressão do modelo de capitalismo", afirma. Além disso, a quantidade de população

Vítimas da ditadura, como os guerrilheiros Carlos Marighella e Helenira Rezende, foram reverenciados no ato da Central



De volta ao cenário histórico

Como parte da programação do seminário da Uerj, houve um intervalo para a realização de um ato no mesmo local do discurso de Jango: na Central do Brasil. Nem de longe a audiência repetiu a multidão de 50 anos atrás. Mas a atmosfera não perdeu em emoção para os que se lembravam das palavras que poderiam mudar o país. O caminho da transformação foi

atravessado pelo golpe militar de 1964, que inaugurou uma ditadura de 21 anos.

Mortos e desaparecidos no regime, como o guerrilheiro Carlos Marighella (1911-1969) também foram reverenciados em faixas e cartazes. O filho de Jango, João Vicente Goulart, marcou presença e lamentou que poucas alterações ocorreram durante todos esses anos.

"Presenciamos um país distante daquelas reformas tão necessárias para o Estado proporcionar condições igualitárias para a sociedade".

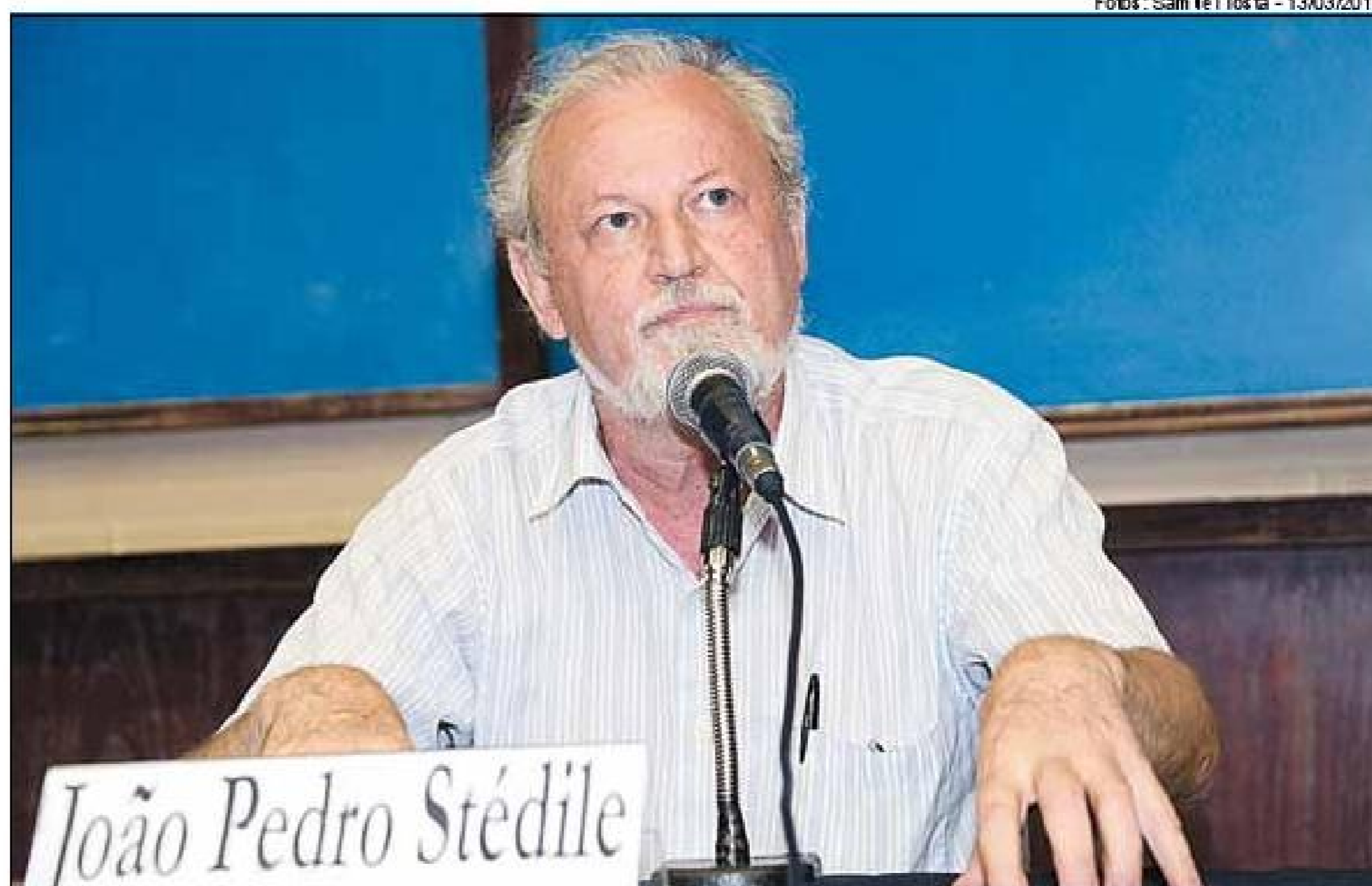
O presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous, também destacou a importância daquele projeto de governo: "Se essas reformas tivessem acontecido, o Brasil seria muito mais jus-

to", afirma. Em relação à ditadura, por outro lado, não poupou críticas: "O legado daquele período foi a violência ao homem do campo e a anistia aos assassinos. Essas barbaridades, infelizmente, continuam em plena democracia, porque os torturadores não são condenados como deveriam pelo poder público", completou.

que vive no campo é muito menor do que naquele tempo, o que dificulta a empreitada.

Nesse sentido, Stédile defende que a reforma agrária precisa ser reformulada e beneficiar toda a população em vez de apenas o trabalhador rural. "Ela precisa ter como paradigma a produção de alimentos saudáveis", explica. Para fundamentar seu raciocínio, o líder do MST argumenta que, devido à quantidade de agrotóxicos utilizados no sistema de agronegócio, houve um aumento considerável de doenças fatais, como o câncer. Com esse formato de reforma agrária, a agricultura familiar iria se expandir e, por consequência, a qualidade e a diversidade dos produtos.

Mais sobre o debate na Uerj na próxima edição



Stédile: ampliar a agricultura familiar beneficia a saúde de toda a população brasileira

Foto: Sam te / Tostia - 13/03/2014